



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 031/2026 – CSL/SINFRA**  
**EDITAL**

**A. CONDIÇÕES GERAIS:**

**1. PREÂMBULO:**

A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SINFRA, por meio do Presidente da Comissão Setorial de Licitação, instituído pela Portaria nº. 001/2025 – GAB/SINFRA, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão (D.O.E.), em 10 de janeiro de 2025, torna público para conhecimento dos interessados que às **09 horas e 30 minutos** do dia **10 de julho de 2026**, será dada abertura à licitação em epígrafe, na modalidade Concorrência, na forma ELETRÔNICA, em modo de disputa aberto, com critério de julgamento menor preço, no regime de execução de contratação Empreitada por Preço Unitário, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e da Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015 (Decreto Estadual) e demais normas pertinentes à espécie e suas alterações e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, de interesse da SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, tendo em vista o que consta do Processo nº. 2025.560101.34763– SEAP, de 04 de junho de 2025, conforme descrito neste Edital e em seus anexos.

**LOCAL, DATA E HORA:**

- 2.1.** A Licitação realizar-se-á no local, na data e hora indicadas no Aviso de Licitação, perante a Comissão de Contratação – SINFRA, com o recebimento dos documentos de propostas até o momento exato da abertura da sessão pública prevista no edital.

**2.1.1.** LOCAL: Portal de Compras Públicas <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**2.1.2.** UASG: 927331

**2.1.3.** DATA: 10 / 07 / 2026.

**2.1.4.** HORA: 09 h 30 min.

**2.1.5.** SERÁ SEMPRE CONSIDERADO O HORÁRIO LOCAL DE SÃO LUÍS (MA) PARA TODAS AS INDICAÇÕES DE TEMPO CONSTANTES NESTE EDITAL.

**2.1.6.** MODO DE DISPUTA: ABERTO - FECHADO

**2.1.7.** CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO.

**2.1.8.** REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

**2.1.9.** A PRESENTE LICITAÇÃO OCORRERÁ NOS TERMOS DO ARTIGO 17, DA LEI Nº 14.133/2021, NA FORMA ELETRÔNICA.

**3. OBJETO DA LICITAÇÃO:**

**3.1.** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE POLÍTICAS PENAS DO MARANHÃO.

**3.2.** O valor estimado para a execução dos serviços, objeto desta licitação é de R\$ 10.163.826,48 (dez milhões cento e sessenta e três mil oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos).

**4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO MODO DE DISPUTA**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- 4.1.** A licitação será realizada pelo regime de execução de contratação Empreitada por Preço Unitário, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o menor preço.
- 4.2.** O critério de julgamento adotado será menor preço observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 4.3.** Para esta Concorrência será adotado o modo de disputa **ABERTO- FECHADO**.

**5. FONTE DE RECURSOS:**

- 5.1.** O valor total estimado para a execução dos serviços, objeto desta licitação é R\$ 10.163.826,48 (dez milhões cento e sessenta e três mil oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos).
- 5.2.** As despesas decorrentes dos serviços e obras contratados, com base na presente licitação, correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

Função:	14	DIREITOS DA CIDADANIA
Sub-Função:	421	CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL
Programa:	0554	Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social
Ação:	3316	Implantação, Aparelhamento e Modernização do Sistema Prisional - FUNPEN
GRUPO FINANCEIRO	004	INVESTIMENTO
Sub-Ação:	026008	REFORMA - ESPAÇO PÚBLICO EXECUÇÃO PENAL
Natureza da Despesa:	44.90.51.02	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS
Fonte de Recursos:	TA 2016 - Fonte: 2.7.03.112000 - Superávit de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN TA 2021 - Fonte: 2.7.12.113000 - Superávit de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN TA 2021 - Fonte: 2.7.03.112000 - Superávit de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN TA 2023 - Fonte: 2.7.12.113000 - Superávit de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN TA 2025 - Fonte: 1.7.12.113000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN	

**6. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL:**

- 6.1.** Os documentos que integram o edital serão disponibilizados em mídia digital no site <https://www.sinfra.ma.gov.br/pregoes?status=&type=>, no site eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e em sua sede localizada no Centro Administrativo do Estado do Maranhão, no Edifício Clodomir Millet - 1º Andar, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº,



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

Calhau, São Luís - MA, de segunda a sexta-feira, no horário das 14:00 às 18:00 horas, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente mediante a apresentação de mídia eletrônica do tipo pen drive.

**7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:**

- 7.1.** A impugnação do Edital e de seus Anexos deverá ser dirigida à Comissão de Contratação, mediante petição a ser enviada por meio do sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura das sessões.
- 7.2.** Apresentada a impugnação, a resposta será divulgada no site da SINFRA e no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br>, até o último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 7.3.** A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, ofertar seus lances, conforme a data e hora marcada para a abertura da sessão.
- 7.4.** Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus Anexos deverão ser encaminhados via sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 7.5.** A resposta da Comissão de Contratação aos esclarecimentos será divulgada mediante publicação no sítio do sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> e site da SINFRA, <https://www.sinfra.ma.gov.br/pregoes?status=&type=>, até o último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

- 8.1.** Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 8.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 8.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.6.** Poderão participar da licitação as empresas cadastradas ou não, como fornecedoras e/ou prestadoras de serviços junto a Secretaria Adjunta de Licitações Compras Estratégicas -



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

SALIC e da Secretaria de Estado da Administração - SEAD, localizadas na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, no Bairro Calhau, no Edifício Clodomir Millet - 4º (Quarto) Andar, CEP: 65074-220, São Luís, Maranhão, ou da Administração Pública Federal (SICAF), ainda, quando não cadastradas deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 8.7.** Poderão participar desta licitação, os interessados que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências quanto à documentação e requisitos de classificação das propostas, constantes deste Edital e de seus anexos.
- 8.8.** Poderá participar da presente licitação, toda e qualquer empresa que satisfaça plenamente todas as condições do presente Edital e seus anexos.
- 8.9.** A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos, bem como das Normas da ABNT e da SINFRA e da SEAP.
- 8.10. Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:**
- a)** Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
  - b)** Empresa suspensa de participar de licitação e impedido de contratar com a SINFRA ou SEAP, durante o prazo da sanção aplicada;
  - c)** Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, durante o prazo da sanção aplicada;
  - d)** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
  - e)** Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
    - i.** Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.
  - f)** Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Edital;
  - g)** Servidor público ou ocupante de cargo em comissão da SINFRA, SEAP ou responsável pela licitação ou empregado contratado por estas Secretarias.
  - h)** Pessoa física ou jurídica que elaborou o anteprojeto ou projeto de engenharia;
  - i)** Sociedade empresária constituída com o mesmo objeto e por qualquer um dos sócios e/ou administradores de empresas declaradas inidôneas, após a aplicação dessa sanção e no prazo de sua vigência, nos termos do art. 43 da Lei nº 8.443/1992, observando o contraditório e a ampla defesa a todos os interessados.
- 8.10.1.** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o Licitante ou responsável pelos serviços, fornecimento e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**8.10.2.** A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

**8.10.3.** Será admitida a participação de pessoa jurídica organizada na forma de consórcio neste certame.

**9. DO CONSÓRCIO**

**9.1** Será admitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio, nos termos do art. 15, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

**9.2** O consórcio deverá apresentar, juntamente com a proposta, compromisso de constituição, por instrumento público ou particular, contendo:

- a) Apresentação dos documentos exigidos neste edital, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;
- b) Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada bem como a etapa da participação na execução dos serviços, objeto da presente licitação;
- c) Declaração de que pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados;
- d) Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio;
- e) Declaração definindo responsabilidades técnicas e operacionais de cada consorciada em relação ao objeto da licitação;
- f) Declaração de que a responsabilidade dos integrantes será solidária, pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- g) Declaração de compromissos e obrigações dos consorciados, dentre as quais a de que cada consorciado responderá solidariamente por todas as exigências pertinentes ao objeto da presente licitação, pelo prazo de duração do consórcio; respeitado o estabelecido na alínea "f" deste item;
- h) O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto desta licitação, até seu recebimento definitivo;
- i) Indicação da empresa líder do consórcio, autorizada a assumir todas as responsabilidades, bem como receber instruções, em nome das empresas consorciadas junto à Secretaria de Estado da Infraestrutura;
- j) Designação do(s) representante(s) do consórcio, inclusive com poderes para firmar o eventual contrato decorrente da presente licitação;
- k) Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato referente a esta licitação, o instrumento de constituição do consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas para autorizar a alienação de bens do ativo fixo, e registrado no órgão oficial competente. Dito instrumento deverá



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital;

- l) Declaração de compromisso de que providenciarão o arquivamento do instrumento da constituição do consórcio no registro do comércio local de sua sede e respectiva publicação da certidão de arquivamento ou registro, no cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme a natureza das pessoas consorciadas, com anterioridade à assinatura do eventual contrato decorrente da presente licitação;
- m) Declaração de compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da Secretaria de Estado da Infraestrutura, até o recebimento definitivo dos serviços que vierem a ser contratados.

**10. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

- 10.1.** Para empresas que não sejam registradas como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais, será obrigatória a subcontratação para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, desde que previamente autorizada pela SEAP.
- 10.2.** Entende-se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico – operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes.
- 10.3.** A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.
- 10.4.** A CONTRATADA originária deve submeter à apreciação do CONTRATANTE o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do pretendente subcontratado e da respectiva documentação, que deve corresponder à exigida para habilitação nesta Licitação.
- 10.5.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 10.6.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, sob pena de eliminação do certame, caso seja comprovado.
- 10.7.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza econômico-financeira, com o dirigente da empresa principal, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, sob pena de eliminação do certame, caso seja comprovado.
- 10.8.** A subcontratação deverá seguir as normas e diretrizes estabelecidas por meio da Lei Estadual nº. 10.403 de 29 de dezembro de 2015.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

## **11. DA CONDUÇÃO DO CERTAME**

- 11.1.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da SINFRA, integrante da Comissão de Contratação.
- 11.2.** O encaminhamento da documentação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.
- 11.3.** A abertura da sessão pública, conduzida pela Comissão de Contratação da licitação, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

## **12. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 12.1.** A participação no certame se dará por meio do Portal de Compras Públicas, disponível no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, que será acessado mediante a inclusão do login e senha pessoal, com prévio cadastro gratuito sob responsabilidade das empresas interessadas.
- 12.2.** As empresas que desejarem participar da Concorrência Eletrônica deverão obrigatoriamente cadastrar-se gratuitamente na plataforma eletrônica: <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no campo **FORNECEDOR**, momento em que o representante da empresa deverá escolher login e senha, pessoal e intransferível.
- 12.3.** O sigilo da senha, bem como do seu uso em qualquer manifestação ou transação durante o procedimento licitatório efetuada diretamente ou por seu credenciado, é de inteira responsabilidade do usuário, não cabendo a SINFRA/MA responsabilização por eventual dano decorrente de uso indevido, ainda que por terceiros.
- 12.4.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o procedimento licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão
- 12.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 12.6.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação
- 12.7.** As informações sobre cadastramento e de como participar do procedimento licitatório estão disponíveis no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na parte superior, na área dedicada ao Fornecedor.
- 12.8.** É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente.
- 12.9.** Não serão considerados documentos apresentados fora do ambiente virtual do Portal de Compras Públicas do Governo Federal.

## **13. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- 13.1.** O licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e horário marcado para acolhimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas;
- 13.2.** Descrição detalhada do objeto da licitação, com a indicação da unidade e quantidade, em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I);
- 13.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- a)** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório
  - b)** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição
  - c)** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal
  - d)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 13.4.** Propostas de preços com indicação do preço unitário e total de cada item cotado, expressos em algarismo e o preço total global, expresso em algarismos e por extenso, em Real (R\$), com no máximo dois algarismos após a vírgula, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a aquisição do objeto desta Licitação;
- 13.5.** Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias consecutivos, no mínimo, contados da data da abertura da sessão do processo licitatório;
- a)** As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos.
- 13.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- a)** Nos itens em que a participação não for exclusiva para EMPATE, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
  - b)** A falsidade da declaração de que trata os itens 13.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 13.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública
- 13.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 13.9.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - b) Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 13.10.** A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste Edital e seu anexos.
- 13.11.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**14. DA PROPOSTA DE PREÇO**

- 14.1.** É de responsabilidade do licitante enviar a proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos exigidos em conformidade com o objeto licitado.
- 14.2.** Os valores propostos, tanto na proposta inicial, quanto na fase de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, devendo estar incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do serviço objeto desta licitação, não lhe assistindo o direito de requisitar alterações, sob alegações de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 14.3.** A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Estado do Maranhão, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Administração Estadual.
- 14.4.** Considerar-se-á que os preços fixados pela licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização dos equipamentos e da aquisição de materiais. Considerar-se-á, assim, que a não indicação no conjunto de composições de custos unitários de qualquer insumo ou componente necessário para a execução dos serviços conforme projetados, significam tacitamente que seu custo está diluído pelos demais itens componentes dos custos unitários, itens estes julgados necessários e suficientes, e não ensejarão qualquer alteração contratual sob esta alegação.
- 14.5.** A proposta apresentada vincula o proponente ao cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o compromisso de execução do objeto nos seus termos.
- 14.6.** A SINFRA poderá solicitar aos licitantes a prorrogação do prazo de validade das Propostas. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido, entretanto, no caso de concordância, a Proposta não poderá ser modificada.
- 14.7.** Na hipótese de o Processo licitatório vir a ser interrompido, os prazos de validade das propostas ficam automaticamente prorrogados por igual número de dias.
- 14.8.** Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexecutável. Nestes casos, a Administração não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a licitante vencedora prestar os serviços sem ônus adicionais.
- 14.9.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer item que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pelo Agente de Contratação.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- 14.10.** A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta não será causa de desclassificação.
- 14.11.** O Agente de Contratação poderá corrigir quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, com base no valor unitário.
- 14.12.** Em caso de divergência nos preços unitário e total da PROPOSTA prevalecerá o preço unitário, podendo o Agente de Contratação retificar o valor total proposto considerando o valor unitário da proposta e o quantitativo determinado no Edital, registrando o fato na Ata da Sessão.
- 14.13.** Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 14.14.** Não se admitirá proposta que apresentar alternativa de preços.
- 14.15.** O preço proposto será fixo e irreajustável.
- 14.16.** Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceitos pelo Agente de Contratação.
- 14.17.** O Prazo de Execução da obra é de 8 (oito) meses, contados a partir da Emissão da Ordem de Serviço emitida pela SEAP.
- 14.18.** O valor proposto, uma vez apresentado, vinculará o licitante, obrigando-o a executar os serviços.
- 14.19.** Não serão consideradas propostas apresentadas fora do ambiente virtual do Portal de Compras do Governo Federal.
- 14.20.** O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**15. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 15.1.** A abertura da sessão pública desta Concorrência Eletrônica, conduzida pelo Agente de Contratação, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste Edital e por meio de sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal.
- 15.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 15.3.** O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão, seja qual for o motivo.
- 15.4.** Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública de Lances), no horário previsto no preâmbulo, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 15.5.** Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR TOTAL**, sendo vencedor nesta fase o licitante que auferir o **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 15.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 15.7.** Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado pelo licitante.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- 15.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00.
- 15.9.** Durante a Sessão Pública da Licitação Eletrônica, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedado à identificação do seu detentor**.
- 15.10.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- a)** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido primeiro;
- b)** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 15.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 15.12.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 15.13.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 15.14.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto.
- 15.15.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento) o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 15.16.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 15.17.** Após a fase de lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO.
- 15.18.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 15.19.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 15.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 15.21.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 15.22.** Concluída a ordenação final das Propostas de Preços, o Agente de Contratação examinará a aceitabilidade daquela com menor valor, podendo proceder a negociação com o representante para obter melhores condições para a Administração e decidindo motivadamente a respeito.
- 15.23.** A proposta das microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou até 5% (cinco por



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 15.24.** A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 15.25.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 15.26.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 15.27.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 15.28.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 15.29.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 15.30.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - b) empresas brasileiras;
  - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- 15.31.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 15.32.** A fase de negociação entre a licitante melhor colocado e o agente de contratação é pública e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes no ambiente virtual.
- 15.33.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 15.34.** O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de no mínimo **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 15.35.** É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 15.36.** Caso seja desclassificada a Proposta de menor preço, o Agente de Contratação examinará as ofertas subsequentes, na ordem crescente de preço, até a apuração de uma Proposta que atenda a todas as exigências constantes deste Edital.
- 15.37.** No caso de desclassificação ou inabilitação de todas as empresas participantes, o Agente de Contratação declarará a presente licitação fracassada.
- 15.38.** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**16. DA FASE DE JULGAMENTO:**

- 16.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);
- 16.2.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
  - a) A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 16.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
  - a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
  - c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- 16.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado, bem como se será aplicado o benefício na licitação.
- 16.5.** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 16.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) conter vícios insanáveis;
  - b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
  - c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 16.7.** Em contratação de serviços de engenharia a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
  - b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;
  - c) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
  - d) No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
  - e) No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 16.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 16.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - b) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 16.10.** Aceito o preço final ofertado, o Agente de Contratação procederá pela análise da documentação da licitante cuja proposta foi aceita, para verificar suas condições habilitatórias, consoante as exigências deste Edital.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**17. DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES:**

Os licitantes, deverão anexar toda a documentação necessária via sistema no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, até a data e o horário estabelecidos pelo agente de contratação em sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desse documento, contendo os seguintes documentos referentes à:

**17.1. Habilitação Jurídica**, que será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

- 17.1.1.** Registro Comercial Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de Empresa Individual;
- 17.1.2.** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de todas suas alterações, devidamente registradas na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;
- 17.1.3.** Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício e do Contrato Social registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- 17.1.4.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 17.1.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 17.1.6.** O Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Secretaria Adjunta de Licitações Compras Estratégicas - SALIC e pela Secretaria de Estado da Administração - SEAD, localizadas na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, no Bairro Calhau, no Edifício Clodomir Millet - 4º (Quarto) Andar, CEP: 65074-220, São Luís, Maranhão, ou da Administração Pública Federal (SICAF), substituirá os documentos enumerados nos subitens 17.1.1, 17.1.2, obrigando-se a empresa a declarar sob as penalidades cabíveis, a Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação, conforme modelo do Anexo VIII deste Edital.
- 17.1.7.** A licitante deverá ainda declarar, em papel timbrado da empresa, firmado por pessoa legalmente habilitada, da inexistência, no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da SINFRA (Secretaria de Infraestrutura do Maranhão), e da SEAP (Secretaria de Administração Penitenciária) nos cargos de direção e chefia ou que exerçam função gratificada de mesma natureza.

**17.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- 17.2.1.** Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;
- 17.2.2.** Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, comprovada mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- 17.2.3.** Cópia da Certidão de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta Licitação.
- 17.2.4.** Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, e com a Previdência Social relativa ao domicílio ou sede do Licitante através de:
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União unificada em relação aos Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros junto a Seguridade Social – CND/INSS, conforme a Portaria PGFN/RFB nº. 358/2014, e Portaria PGFN/RFB nº 1751/2014.
- 17.2.5.** Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do Licitante, emitida até 120 (cento e vinte) dias antes da data de abertura da sessão, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante apresentação de:
- Certidão Negativa de Débitos da Dívida Ativa do Estado;
  - Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Estaduais.
- I.** Quando a prova de regularidade de que trata o item 17.1.2.5, for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.
- 17.2.6.** Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do Licitante, emitida até 90 (noventa) dias antes da data de abertura de sessão de lances, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante apresentação de:
- Certidão Negativa de Débitos Municipais;
  - Certidão Negativa da Dívida Ativa Relativa aos Tributos: Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN e Taxa de Licença e Verificação Fiscal – TLVF.
- I.** Quando a prova de regularidade de que trata o item 17.1.2.6, for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.
- 17.2.7.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, na forma do art. 68, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação de: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, acompanhado da certidão de regularidade na contratação de PCD (Superior, igual ou desobrigada) prevista no art.93, caput, da lei nº 8.213 de 1991.
- 17.2.8.** Termo de Compromisso pelo qual se compromete a seguir as Normas Trabalhistas, tais como Formalização e Registros Contratuais e preverem um dimensionamento dos gastos com o meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção, sob pena de inabilitação;
- 17.2.9.** Declaração da licitante de que, caso seja vencedora do certame, contratará pessoas presas ou egressas, nos termos do art. 5º, § 1º, incisos I e II, do Decreto Federal nº 9.450, de 24 de julho de 2018 c/c Lei Estadual 10182 de 22 de dezembro de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

2014, regulamentada pelo Decreto Estadual 37806 de 21 de julho de 2022 e Decreto Estadual 37372 de 17 de janeiro de 2022. Devendo ainda a Licitante apresentar em sua documentação de habilitação a declaração expedida pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP, órgão responsável pela execução penal, de que dispõe de pessoas presas ou egressas aptas à execução de trabalho externo.

- 17.2.10.** Declaração da licitante de que, caso vencedora, contratará mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em percentual mínimo de 5% (cinco por cento), conforme Decreto Estadual nº 38.908/2024 de 08 de março de 2024.
- 17.2.11.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, declarada no próprio sistema;
- 17.2.12.** Declaração de Pessoa Jurídica que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 62, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, declarada no próprio sistema;
- 17.2.13.** Declaração em papel timbrado do licitante, firmado por pessoa legalmente habilitada de que a licitante não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração Pública.
- 17.2.14.** Declaração que a empresa não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 17.2.15.** Declaração de que atenderá o disposto no art. 1º da Lei Estadual nº 10.789, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOE/MA no dia 26 de janeiro de 2018.
- 17.2.16.** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**17.3. A Qualificação Técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:**

- 17.3.1.** Registro ou Inscrição da Empresa e dos Responsáveis Técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região da sede da Empresa, acompanhada da declaração de concordância, apenas dos Responsáveis Técnicos indicados para os serviços.
- 17.3.2.** Comprovação de a Licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a realização da Licitação (com vínculo societário ou empregatício), Engenheiro Civil e/ou Arquiteto detentor(es) de Atestado de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, devidamente averbado(s) no CREA/CAU, por execução de serviços compatíveis em características com o objeto



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado serviço de:

ITEM	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)
01	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M2 E 10M2, E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024
02	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 12 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019
03	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021
04	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO OU PAREDE, 50 X 50 CM, ANTIDERRAPANTE (PORCELANATO), ELIZABETH OU SIMILAR, APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-III, REJUNTADO, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE OU EMBOÇO
05	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019

**17.3.3.** A comprovação da vinculação do profissional à empresa será mediante a apresentação de cópia de Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho ou Ficha de Registro de Emprego, ou ainda documento de contratação futura.

**17.3.4.** Comprovação de Aptidão de Desempenho Técnico Operacional da Licitante, através de Atestados ou Certidões fornecidos por pessoa de direito público ou privado, devidamente averbado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, comprovando ter executado os seguintes serviços, limitados estes, exclusivamente, às parcelas de maior relevância abaixo indicadas:

ITEM	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)	UND.	QUANTIDADE
01	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M2 E 10M2, E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M²	6.053,38
02	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 12 M, PARA TELHA	und	60,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

	CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019		
03	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M²	1.533,72
04	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO OU PAREDE, 50 X 50 CM, ANTIDERRAPANTE (PORCELANATO), ELIZABETH OU SIMILAR, APLICADO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA AC-III, REJUNTADO, EXCLUSIVE REGULARIZAÇÃO DE BASE OU EMBOÇO	M²	2.321,05
05	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M²	2.666,57

- 17.3.5.** A Licitante deverá apresentar devidamente preenchido, conforme atestados de capacidade técnico-profissional apresentados, o Anexo IX Quadro 01 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELOS PROFISSIONAIS DETENTORES DE ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO, sob pena de inabilitação.
- 17.3.6.** A Licitante deverá apresentar devidamente preenchido, conforme atestados de capacidade técnico-operacional apresentados, o Anexo X Quadro 02 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO PROPONENTE COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO, sob pena de inabilitação.
- 17.3.7.** Para cada um dos serviços executados e relacionados no Anexos IX e X – Quadros 01 e 02, deverá ser anexado atestado e/ou certidão comprovando a execução dos mesmos.
- 17.3.8.** Relação dos Principais Equipamentos, em modelo próprio, disponíveis para utilização nos serviços, juntamente com declaração da proponente de que os equipamentos se encontram em condições de produção plena, obrigando-se, imediatamente, caso vencedora, substituir qualquer equipamento que, a juízo da SEAP, não apresente rendimento satisfatório, sem que tal substituição represente qualquer ônus para a Contratante.
- 17.3.9.** Declaração formal e expressa da empresa licitante sobre a equipe técnica especializada indicando os Engenheiros e/ou Arquitetos que atuarão como responsáveis técnicos e que se responsabilizarão pela execução da obra.
- 17.3.10.** A SINFRA ou a SEAP não fornecerão áreas para instalações do canteiro de obras da proponente, bem como água e energia elétrica, devendo ser declarado pela licitante.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- 17.3.11.** Não será de responsabilidade da SINFRA ou da SEAP a exploração, uso e retirada de materiais em propriedades de terceiros, devendo ser declarado pela licitante.
- 17.3.12.** É de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora, quando necessário, solicitar, ALVARÁ PARA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO/FUNCIONAMENTO do Canteiro de Obras, assim como a LICENÇA AMBIENTAL OU DISPENSA e HABITE-SE junto aos órgãos competentes. Ficando ainda sob a responsabilidade da contratada, apresentar OUTORGA DE DIREITO DO USO DA ÁGUA para os casos de utilização de Recursos Hídricos através de poços, e AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL OU AUTORIZAÇÃO DE LIMPEZA DE ÁREA quando necessário a retirada da camada vegetal para a implantação do canteiro de obras, devendo ser declarado pela licitante.
- 17.3.13.** A Proponente deverá ainda declarar que conhece a legislação brasileira sobre meio ambiente, que irá cumpri-la e que assume a responsabilidade, inclusive a obtenção de todas as licenças ambientais necessárias à execução dos serviços, sem ônus para a SINFRA, por danos motivados pelo não cumprimento da legislação pertinente.
- 17.3.14.** É recomendado que a licitante vistorie o local in loco antes da elaboração da carta proposta para conferir as medidas e condições para execução dos serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, e, se todas as condições atuais do trecho da obra correspondem ao prescrito pelo anteprojeto, incluindo as condições de licenciamento, qualidade e quantidade do material de jazida e de pedreiras indicadas no projeto, mediante prévio agendamento de horário junto à SINFRA.
- 17.3.15.** A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total RESPONSABILIDADE por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira sob pena de inabilitação.
- 17.3.16.** A licitante deverá prestar Declaração de Visita ou Declaração de Não Visita conforme Anexo II.
- 17.3.17.** A apresentação pela empresa de Atestados de Qualificação Técnica oriundos de Subcontratação deverá estar acompanhada dos seguintes documentos: Autorização da Subcontratação pelo Órgão Contratante e Cópia do Contrato da Subcontratação.

**17.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

- 17.4.1.** Balanço Patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração de fluxo de caixa, demonstração de mutação patrimonial e demonstração de lucros e prejuízos acumulados, dos dois últimos exercícios sociais acompanhados das notas explicativas, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- a) As empresas deverão comprovar, considerados os riscos à Administração, patrimônio líquido ou capital social no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação referente ao certame, devendo a comprovação ser feita através dos documentos apresentados no item 17.4.1, na forma da lei;
  - b) A comprovação do capital social ou patrimônio líquido exigido será verificada exclusivamente por meio dos balanços patrimoniais dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme item 17.4.1, e não será suprida por simples alteração contratual que não esteja refletida nos referidos balanços.
  - c) A comprovação dos requisitos de qualificação econômico-financeira, incluindo o capital social ou patrimônio líquido mínimo, deve ser realizada obrigatoriamente por meio dos balanços patrimoniais e demonstrações contábeis referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais completos. A apresentação de documentos de apenas um exercício ou de forma incompleta não atenderá às exigências deste edital, conforme previsto no Art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
  - d) Os documentos referidos no item 17.4.1 limitar-se-ão ao último exercício somente no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 17.4.2.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- a) Publicado em Diário Oficial ou;
  - b) Publicado em jornal de grande circulação ou;
  - c) Registrados na Junta Comercial da Sede ou domicílio da licitante ou;
  - d) Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos TERMOS DE ABERTURA e de ENCERRAMENTO.
- 17.4.3.** A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real ou Presumido (somente as que distribuem lucro), deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos da IN RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021 e suas alterações.
- 17.4.4.** A Licitante deve apresentar declaração com relação de compromissos assumidos, declarando os seus contratos firmados, públicos ou privados, conforme Anexo VIII.
- 17.4.5.** A omissão completa ou em parte de qualquer compromisso assumido por parte da licitante, demonstrada por licitante concorrente ou apurada por meio de diligência própria da Comissão de Contratação, implicará na inabilitação da empresa.
- 17.4.6.** Se a licitante não tiver compromissos assumidos, deverá apresentar Declaração neste sentido.
- 17.4.7.** Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 17.4.8.** Declaração de que na condição de pessoa jurídica encontra-se apta a celebrar convênios e/ou instrumentos de parceria com o Poder Público Estadual, objetivando atender política de incentivo à contratação de jovens tutelados, oriundos de internatos, orfanatos e abrigos, no mercado de trabalho, no âmbito do Estado do Maranhão, na forma do art. 1º e 2º da Lei nº 11.304/2020.
- 17.4.9.** Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA, de acordo com o art. 1º do Decreto nº 21.040/2005, para empresários e sociedades empresariais do Estado do Maranhão. No caso de que a sede da Licitante seja em outra Unidade da Federação, terá que apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, sede da empresa.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- 17.4.10.** As empresas licitantes que não forem enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, deverão subcontratar 10% a 30% (dez a trinta por cento) dos serviços, considerando o valor total estimado da licitação, devendo prestar declarações em atendimento expresso e total ao disposto no artigo 8º, incisos I a VII, da Lei Estadual nº 10.403/2015.
- 17.4.11.** No momento da Habilitação, a empresa licitante de grande porte deverá apresentar, juntamente com a sua documentação, o aceite e a documentação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, indicada como subcontratada, atendendo assim o disposto no art. 8º, inciso III, da Lei Estadual nº 10.403/2015, bem como os documentos exigidos nos itens 17.2.9, 17.2.12, 17.4.7, 17.4.8 e 17.4.9 do Edital de licitação.
- 17.4.12.** A autorização para subcontratação de parcelas da obra ficará condicionada à comprovação prévia, pela licitante, da qualificação técnica da empresa a ser subcontratada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a)** Certidão de Registro e Quitação (CRQ) da empresa subcontratada e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), competente pela região de sua sede, dentro do prazo de validade.
- b)** Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, emitido(s) em nome da empresa subcontratada, que comprove(m) a execução de serviços de engenharia com características técnicas similares e compatíveis com a parcela objeto da subcontratação.
- 17.4.13.** A empresa subcontratada deverá apresentar ainda declaração de enquadramento, sob as penas da lei, de que a empresa subcontratada cumpre os requisitos legais de receita bruta anual e não incorre nas vedações do art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 17.4.14.** Além da Certidão Simplificada da Junta Comercial e da declaração de enquadramento, a subcontratada deverá apresentar, o **Balanco Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)** do último exercício social, devidamente assinados por contador e pelo representante legal.
- a)** A análise financeira da subcontratada terá como finalidade exclusiva verificar se a **Receita Bruta Anual** da empresa no ano-calendário anterior ultrapassou o limite legal estabelecido para o seu enquadramento (Art. 3º, incisos I e II da LC 123/06), considerando, inclusive, o somatório de receitas de empresas do mesmo grupo econômico, se houver.
- 17.4.15.** As licitantes que deixarem de apresentar qualquer dos documentos exigidos para habilitação e não comprovarem que a atividade técnica é compatível com o objeto da licitação serão julgados inabilitados e terão suas cartas propostas devolvidas devidamente lacradas.
- 17.4.16.** É de exclusiva responsabilidade dos licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação e em nenhuma hipótese poderá ser concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos.
- 17.4.17.** A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo e não será devolvida ao proponente.
- 17.4.18.** As declarações e outros documentos julgados necessários à habilitação, produzidos pelo próprio licitante, deverão conter data, identificação e assinatura do titular da empresa ou do seu representante legal.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- 17.4.19.** Todos os documentos, declarações e quadros solicitados neste Edital devem ser apresentados, conforme disposto sob pena de inabilitação do licitante.
- 17.4.20.** As exigências referentes à Qualificação Econômico-Financeira fazem-se presentes pela necessidade de avaliação de condições mínimas, sob o enfoque financeiro, dos licitantes que pretendam contratar com a administração estadual, com o objetivo de assegurar a perfeita execução do futuro contrato, razão pela qual resta oportuno que o licitante demonstre condições financeiras de suportar os custos que advirão da execução do contrato, conforme dispõe o Acórdão nº 2346/2018-TCU.
- 17.4.21.** É vedada a subcontratação de empresas que possuam qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, financeira, judicial ou administrativa com a Contratada Principal, que caracterize a existência de grupo econômico, de forma direta ou indireta.
- 17.4.22.** Para fins da vedação prevista no item 17.4.21, considera-se impedida de ser subcontratada a empresa que:
- a)** Seja controladora, controlada ou coligada da Contratada Principal, nos termos da Lei nº 6.404/1976;
  - b)** Possua sócios, administradores ou dirigentes em comum com a Contratada Principal, ainda que em participações minoritárias;
  - c)** Integre consórcio ou grupo de sociedades do qual a Contratada Principal faça parte;
  - d)** Tenha sido constituída por ex-sócios ou ex-administradores da Contratada Principal nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da licitação, caracterizando sucessão empresarial ou desvio de finalidade.
- 17.5.** Constatado o atendimento das exigências habilitatórias, a licitante será declarada vencedora.
- 17.6.** A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, será inabilitada, sem prejuízo de aplicação de sanções, ressalvada a hipótese legal.
- 17.7.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 17.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 17.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 17.10.** A proponente deverá apresentar, juntamente com sua proposta, o Atestado de Vistoria assinado tanto pelo representante, devidamente identificado, quanto pelo servidor designado para acompanhamento da vistoria. Caso opte por não realizar a vistoria, a proponente deverá apresentar, juntamente com sua proposta, a Declaração de Não Vistoria.
- 17.11.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração,



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito de não ser preterido na hipótese de contratação administrativa, sem prejuízo da sanção prevista no art. 90, §5º da Lei nº 14.133/2021. Neste caso, será facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, ocasião em que será assegurado o exercício do direito de preferência às demais Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, cujas propostas estiverem no intervalo de empate previsto.
- c) Na hipótese da não contratação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, o objeto licitado poderá ser registrado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.
- 17.12.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, obrigando-se a empresa a declarar sob as penalidades cabíveis, a Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação, declarada no próprio sistema.
- 17.13.** Será verificado se o licitante assinalou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, na forma do art. 63, I da Lei 14.133/2021.
- 17.14.** Em caso de constar alguma certidão vencida no SICAF, o Agente de Contratação ou Comissão de Contratação poderá consultar os respectivos sites oficiais, a fim de obter a(s) certidão(ões) atualizada(s), desde que seja possível obtê-la(s) online, de modo imediato e não-oneroso, devendo o Agente de Contratação comunicar ao licitante, via chat, para que atualize tais informações no SICAF.
- 17.14.1.** A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 17.15.** Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 17.16.** Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador.
- 17.17.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre, caso seja vencedor, para fins de assinatura de contrato ou ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 17.18.** Será permitido a participação de consórcio de empresas, conforme justificativa nos autos.
- 17.19.** O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preços e da Habilitação deverá ser o mesmo do estabelecimento que efetivamente vai fornecer os produtos ou serviços objeto da presente licitação, com exceção da:
- a) Certificado de Regularidade do FGTS, que poderá ser da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão de Falência/concordata/recuperação judicial e da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União unificada em relação aos Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros junto a Seguridade Social



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

– CND/INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal, que deverão ser da sede da pessoa jurídica.

**17.20.** As declarações e outros documentos julgados necessários à habilitação, produzidos pelo próprio licitante, deverão conter data, identificação e assinatura do titular da empresa ou do seu representante legal.

**17.21.** Serão aceitas somente cópias legíveis.

**17.22.** O **Agente de Contratação** se reserva ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

**18. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO:**

**18.1.** A Licitante melhor classificada será convocada para reelaborar e apresentar à Administração Pública, no mesmo endereço onde se realizará a sessão, a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao lance vencedor, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sujeitando-se a Licitante às sanções previstas neste Edital.

**18.2.** A proposta ajustada deverá conter:

- A) Proposta com qualificação do Licitante, com indicação do nome, endereço, CNPJ/MF, telefone/fax, e-mail, assinada por diretor ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público), em papel timbrado, identificando a obra a que a Empresa está concorrendo, o número do Edital, o prazo de execução e o preço global proposto para os serviços de engenharia, em algarismos arábicos e por extenso, em reais, esclarecendo que se refere ao mês do Orçamento Referencial, constante deste Edital.
- B) Orçamento Analítico, assinado na última folha pelo Responsável Técnico do Licitante e rubricado nas demais, com preço unitário e total, por item, em algarismos arábicos e o valor global da proposta em algarismos arábicos e por extenso, em Real, com no máximo dois algarismos após a vírgula, já incluídos todos os custos, seja qual for o seu título ou natureza (frete, encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas e etc.).
- C) Composição do Custo Unitário dos Serviços (ANEXO VII) e da Mão de Obra (ANEXO XIV) integrantes do Quadro de Quantidades e Preços.
- D) Cronograma Físico-Financeiro (ANEXO XII).
- E) Demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para os itens: Bonificação e Despesas Indiretas – BDI.
- F) Composição de Encargos Sociais, conforme modelo apresentado no ANEXO XI. As empresas optantes do SIMPLES NACIONAL deverão preencher o ANEXO XI conforme encargos próprios.
- G) As licitantes deverão apresentar a proposta em mídia eletrônica, formato .XLS “Excel” e PDF, VIA SISTEMA, quando solicitado, a não apresentação dentro do prazo estabelecido implicará na desclassificação da empresa.

**18.3.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida e deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

**18.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**19. DOS RECURSOS:**

- 19.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 19.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 19.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
  - c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - d) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 19.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 19.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 19.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 19.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 19.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 19.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 19.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.sinfra.ma.gov.br/pregoes-online/>
- 19.11.** A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições do Edital e seus anexos não serão aceitos.
- 19.12.** Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á do vencimento
- 19.13.** Os prazos previstos neste EDITAL e seus anexos iniciam e expiram exclusivamente em dia e horários de expediente no âmbito da SINFRA.
- 19.14.** Se não houver interposição de manifestação de recurso por parte das licitantes presentes, o agente de contratação procederá à Adjudicação do objeto ao vencedor logo após a apresentação da Proposta de Preço indicada no item 18.
- 19.15.** Decididos os Recursos e verificada a regularidade dos atos procedimentais, a Comissão Setorial de Licitação adjudicará o resultado da Licitação.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**20. PRAZOS:**

- 20.1.** Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado a Autoridade Competente que poderá:
- A) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
  - B) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
  - C) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou
  - D) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 20.2.** Encerrada a licitação, a Comissão de Contratação divulgará os atos de adjudicação do objeto e de homologação do certame no endereço no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://www.sinfra.ma.gov.br/pregoes-online>.
- 20.3.** É facultado à SINFRA ou a SEAP, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme item deste Edital.
- 20.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a SINFRA, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 20.4.1.** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor;
  - 20.4.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;
  - 20.4.3.** Será facultado à SINFRA ou a SEAP a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de extinção contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art.90 da Lei n.14.133/2021.

**21. DO PRAZO CONTRATUAL:**

- 21.1.** A vigência do contrato terá início com a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado e perdurará pelo prazo de 10 (dez) meses, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.
- 21.2.** O prazo para a execução dos trabalhos será de 8 (oito) meses, contados à partir da data de emissão da ordem de início pela Secretaria de Administração Penitenciária.
- 21.3.** O prazo de duração do contrato poderá ser prorrogado, na forma da lei.
- 21.4.** Quando do recebimento da referida Ordem de Serviço, a empresa contratada deverá apresentar à SINFRA, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, do(s) engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) e do(s) preposto(s) indicados pela empresa para a licitação.
- 21.5.** De acordo com as peculiaridades de seu objeto e de seu regime de execução, o contrato conterá cláusula que preveja período antecedente à expedição da ordem de serviço para



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução.

**22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

- 22.1.** Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos do Contrato, a empresa Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, com validade para todo o período de execução dos serviços, devendo ser renovada a cada prorrogação efetiva do contrato.
- 22.2.** A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, antes da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária. Caberá à empresa CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia, conforme previsto no §1º do Art.96 e seguintes, da Lei n.14.133/2021.
- 22.3.** A validade da garantia, qualquer que seja a escolhida, deverá ser durante a execução do contrato, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual nos termos do art.96, da Lei n.14.133/2021, complementada no caso de acréscimo previsto no art.125 da Lei n.14.133/2021.
- 22.4.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 22.4.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 22.4.2.** Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - 22.4.3.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
  - 22.4.4.** Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.
- 22.5.** SEGURO-GARANTIA – entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros:
- 22.5.1.** O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.661, de 11 de abril de 2022 e seus anexos;
  - 22.5.2.** A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <https://www2.susep.gov.br/safe/numercado/regapolices/pesquisa.asp> .
  - 22.5.3.** O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.
- 22.6.** O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas;
- 22.6.1.** Para a apresentação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia, será facultado o prazo de 01(um) mês, contados da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.
- 22.7.** A garantia em dinheiro (caução) deverá ser efetuada, mediante depósito em conta específica, com correção monetária a crédito da CONTRATANTE.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**22.8.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

**22.8.1.** O atraso superior a 20(vinte) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art.137 da Lei n.14.133/2021.

**22.9.** Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Estadual, constando entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia, nos termos do art.61 da Lei complementar n. 101 de 04 de maio de 2000, podendo a CONTRATANTE recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.

**22.10.** No caso de garantia na modalidade de carta fiança, deverá constar da mesma expressa renúncia pelo fiador, aos benefícios do art.827 do Código Civil de 2002.

**22.10.1.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**22.11.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**22.12.** A apólice de seguro, deve expressar a SEAP/MA como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula;

**22.13.** Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

**23. GARANTIA DOS SERVIÇOS:**

**23.1.** A CONTRATADA deverá dar garantia contratual dos serviços pelo prazo de 05(cinco) anos, a contar a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**23.2.** A garantia será prestada com vistas a manter os serviços e equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo operacional para a CONTRATANTE.

**23.3.** A garantia abrange, INCLUSIVE, a realização da manutenção corretiva dos serviços pela própria CONTRATADA.

**23.3.1.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos serviços prestados, compreendendo a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**23.4.** Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos serviços que apresentarem vício ou defeito, devendo iniciar a reparação ou substituição em até 05(cinco) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

**24. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:**

**24.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência ANEXO I, deste Edital.

**24.2.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5(cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil do projeto de cada estrutura.

**25. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DA CONTRATADA**

- 25.1.** A adjudicatária terá o prazo de até 5 (cinco) dias, após formalmente convidada, para assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo constante do ANEXO XI deste Edital;
- 25.1.1.** Este prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que a justificativa seja aceita pela SEAP.
- 25.2.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela SEAP caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.
- 25.3.** A contratada deverá implantar o Programa de Integridade.
- 25.4.** A produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte são de inteira responsabilidade da contratada.
- 25.5.** A contratada deverá conceder LIVRE ACESSO aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores do órgão.
- 25.6.** Do contrato, regulado pelas instruções constantes deste Edital e seus anexos decorrem obrigações, direitos e responsabilidades das partes relativas aos serviços objeto desta licitação.
- 25.7.** Fica determinado que os projetos, especificações e toda documentação relativa à obra são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado especificado e válido.
- 25.8.** A CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação, inclusive o recolhimento do ISSQN ao Município do local da prestação do serviço, durante a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.
- 25.9.** O contrato compreenderá a totalidade dos serviços, baseado na relação de preços propostos pela Licitante, considerados finais e incluindo todos os encargos, taxas e bonificações.
- 25.10.** A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato.
- 25.11.** A empresa contratada deverá instalar e manter, sem ônus para a SEAP, no canteiro de obras, um escritório e, os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da administração.
- 25.12.** A empresa contratada deverá colocar e manter placas indicativas do empreendimento de acordo com os modelos adotados pela SINFRA, que deverão ser fixados em local apropriado, enquanto durar a execução dos serviços.
- 25.13.** A empresa contratada deverá providenciar, sem ônus para a SEAP e no interesse da segurança dos usuários da rodovia e do seu próprio pessoal, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados, bem como a sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pelas Normas da SINFRA ou DNIT, da ABNT e do Ministério do Trabalho.
- 25.14.** O Contratado deverá manter no Canteiro de Obras, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- 25.15.** Na presente contratação a avaliação do local é imprescindível para verificar in loco se todas as condições atuais do trecho da obra correspondem ao prescrito pelo projeto, incluindo



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

as condições de licenciamento, qualidade e quantidade de material de jazida e de pedreiras indicadas no projeto.

- 25.15.1.** A ausência de questionamentos sobre possíveis inconsistências sobre os materiais de jazida e de pedreiras indicadas no projeto, implicará aceitação tácita da contratada, de que ele arcará com os custos do aumento da Distância Média de Transporte para busca do material em outra fonte pétrea, seja qual for o motivo.
- 25.16.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 25.17.** As obrigações definidas neste edital e todos os seus anexos não implicam em rol taxativo, mas sim exemplificativo, devendo a contratada observar a legislação vigente em casos não especificados no corpo deste Edital.

**26. DOS PAGAMENTOS E DO REAJUSTAMENTO**

- 26.1.** O pagamento será efetuado após a medição dos serviços e emissão de nota fiscal, cujas particularidades são definidas em contrato.
- 26.1.1.** Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de nota fiscal referente à medição realizada, e quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação no certame, e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada.
- 26.1.2.** O pagamento da integralidade dos valores pactuados no contrato não importará como aceitação ou recebimento definitivo da obra e dos serviços objeto desta licitação, bem como não isentará a Contratada de quaisquer responsabilidades e obrigações contratuais e extracontratuais.
- 26.2.** Durante a vigência do contrato poderá ser realizada a revisão, reajuste ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico – financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da lei n.14.133/2021, inclusive com demonstração em planilhas de custos.
- 26.3.** Na hipótese de o prazo da execução exceder o período contratualmente previsto, este contrato poderá ser reajustado pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, mediante solicitação da CONTRATADA.
- 26.3.1.** O reajuste de que trata esta cláusula somente poderá ser concedido pela FISCALIZAÇÃO a partir de 01 (um) ano, contado do último dia do mês a que se refere o orçamento da SINFRA no processo licitatório.
- 26.3.2.** Após esse período os mesmos poderão ser reajustados para cobrir alterações no custo dos insumos na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil – INCC, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_i - I_o}{I_o} \times V$$



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado;

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato da obra ou serviço a ser reajustado;

Io = Índice de preços verificado no mês base do orçamento da administração/SINFRA;

Ii = índice de preço referente ao mês de reajustamento correspondente ao da data do adimplemento da obrigação;

- 26.4.** A iniciativa e o encargo para o cálculo do reajustamento deverão ocorrer por conta da contratada, cabendo ao órgão ou entidade contratante a verificação do resultado obtido, e se houver concordância, aplicar o reajustamento dos preços com fundamentos nesses cálculos. Se equivocados, deverá ter o respectivo protocolo devolvido para as devidas correções apontadas pela Administração.
- 26.5.** Para itens do contrato que necessitam ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõe esses índices deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.
- 26.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 26.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- 26.8.** Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.
- 26.9.** Para efeito de pagamento será considerada a distância média de transporte (DMT) apontada na planilha, quadro de quantidade no item correspondente.
- 26.10.** A revisão dos preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos imprevisíveis ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração.

**27. DOS ADITIVOS E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.**

- 27.1.** O contrato regido por este edital poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art.124 da Lei Federal n.14.133/2021.
- 27.2.** DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.
  - 27.2.1.** Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições do Contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
  - 27.2.2.** A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade no contrato.
  - 27.2.3.** Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

## **28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**28.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- A) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- B) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C) dar causa à inexecução total do contrato;
- D) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- E) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- F) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- G) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- H) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- I) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- J) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- K) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- L) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**28.2.** As sanções aplicáveis são advertência, multa, impedimento de licitar ou contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**28.3.** A sanção de multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

**28.3.1.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**28.3.2.** A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

**28.4.** Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no inciso II, do art. 156 da Lei nº 14.133/21, poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no art. 162 da Lei 14.133/21.

**28.4.1.** A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**28.5.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo em relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- 28.6.** Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 28.7.** O processamento do processo administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 28.8.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 28.9.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 28.10.** Na aplicação das sanções serão considerados: a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 28.11.** As sanções aplicadas serão informadas e atualizadas para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

## **29. DA VISITA AO LOCAL DE EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS**

- 29.1.** É imprescindível o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a avaliação prévia do local de execução, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, sob pena de inabilitação (Art. 63, §2º da lei 14.133/2021);
- 29.1.1** É recomendado que a licitante vistorie o local *in loco* antes da elaboração da proposta para conferir as medidas e condições para execução dos serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, e, se todas as condições atuais do trecho da obra correspondem ao prescrito pelo projeto, incluindo as condições de licenciamento, qualidade e quantidade do material de jazida e de pedreiras indicadas no projeto, mediante prévio agendamento de horário junto à SEAP.
- 29.1.2** A não impugnação dos itens citados no subitem 28.1.1, no prazo editalício implicará aceitação tácita do licitante, uma vez que pode ter que arcar com o custo do aumento da Distância Média de Transporte para busca do material em outra fonte pétrea por qualquer motivo.
- 29.1.3** Em caso de impugnação de jazida e de pedreiras com DMT indicadas em projeto caberá a licitante demonstrar através de estudos específicos.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- 29.2** A visita técnica poderá ser acompanhada por servidor SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA, que a certificará, expedindo o necessário Atestado de Visita. Esse atestado será Juntado à Documentação de Habilitação, nos termos do § 2º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.
- 29.3** A visita deverá ser agendada com antecedência junto à SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA, e deverá ocorrer até o dia útil anterior a abertura da Proposta.
- 29.4** Horário de atendimento da SEAP ao Público: de 13:00h às 18:00h.
- 29.5** A Licitante não poderá alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.
- 29.6** Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão considerados para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a completa execução do contrato.
- 29.7** O licitante suportará os encargos e custos decorrentes da alteração de prazo e das alterações e/ou adequação do escopo do projeto.
- 29.8** Caso a Licitante não queira participar da visita, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

### **30 DA ALOCAÇÃO DE RISCO**

30.1. Matriz de Risco é cláusula contratual definidora de risco e de responsabilidade entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

30.2. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO.

30.3. A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é do Contratante, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO.

30.4. Constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo a MATRIZ DE RISCO.

30.5. O termo de risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre a probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade decorrente de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

30.6. A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da MATRIZ DE RISCO

### **31 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 31.1** A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação dos documentos de HABILITAÇÃO e PROPOSTA submete a Licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- 31.2** Para fins de licitação, todos os documentos devem ser apresentados tendo como base a data sessão de abertura, não sendo aceitos documentos obtidos após a abertura da sessão;
- 31.3** No caso de eventual divergência entre o EDITAL de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 31.4** A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata inabilitação e/ou desclassificação da Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a extinção do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis;
- 31.5** É facultado à Comissão de Contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo;
- 31.6** Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá a Licitante, independente de comunicação formal da SINFRA, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório;
- 31.7** A CONTRATADA deverá contratar egressos do sistema prisional, conforme determina o Decreto Federal nº 9.450/2018 e Lei Estadual nº 10.182/2014.
- 31.8** A produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte são de inteira responsabilidade da contratada.
- 31.9** Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada à análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.
- 31.10** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contadas da solicitação do(a) Agente de Contratação(a), prorrogável por igual período, por meio de solicitação da empresa interessada.
- 31.11** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante vencedora.
- 31.12** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º): complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 31.13** O contrato oriundo deste Edital poderá ser alterado, com as devidas justificativas, unilateralmente pela SINFRA ou em comum acordo entre as partes, em conformidade com disposições dos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.
- 31.14** Com base na necessidade pública e interesse social, havendo necessidade no caso concreto, cabe ao contratado a responsabilidade de realizar desapropriação, autorizada pelo poder público, necessária a execução do contrato de obra ou serviço, mediante indenização ao proprietário, conforme art. 25, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.
- 31.15** Este Edital está à disposição dos interessados no site <https://www.sinfra.ma.gov.br/pregoes?status=&type=> e seus anexos na Comissão Setorial de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

Licitação – CSL/SINFRA, em sua sede localizada no Centro Administrativo do Estado do Maranhão, no Edifício Clodomir Millet - 1º Andar, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Calhau, São Luís - MA, de segunda a sexta-feira, no horário das 14:00 às 18:00 horas, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente mediante a apresentação de mídia eletrônica (PEN DRIVE). Esclarecimentos adicionais pelo telefone (98) 3218-8023 ou pelo e-mail: licitacao.sinfra@gmail.com.

**31.16** Integram o presente Edital, independente de transcrição:

**ANEXO I** - Termo de Referência

**ANEXO II** - Modelo de Declaração de Visita ou Declaração de Não Visita a Obra

**ANEXO III** - Declaração de Concordância

**ANEXO IV** - Relação de Equipamentos;

**ANEXO V** - Modelo de Carta Fiança Bancária

**ANEXO VI** - Resumo da Carta Proposta

**ANEXO VII** - Composição de Preços Unitários dos Serviços

**ANEXO VIII** - Relação dos Contratos em Execução e a Iniciar da Empresa;

**ANEXO IX** - Relação dos Serviços Executados por Profissional(is) detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica

**ANEXO X** - Relação dos Serviços Executados pelo Proponente

**ANEXO XI** - Planilha de Encargos Sociais

**ANEXO XII** - Cronograma Físico-Financeiro

**ANEXO XIII** - Minuta do Contrato

**ANEXO XIV** - Composição de Custo Unitário de mão de obra

São Luís (MA), 28 de maio de 2026.

**Vicente Diogo Soares Junior**  
Presidente da Comissão Setorial de Licitação - CSL/SINFRA



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 031/2026 – CSL/SINFRA**

**ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO**

***(Em Mídia Eletrônica)***

<https://drive.google.com/drive/folders/17dkQ6nbTAMn08CG5hrwurfxbE90LRpGC?usp=sharing>

[https://drive.google.com/drive/folders/17zorCi5BRLXZfCdWA\\_Sr0MZSMT0yza84](https://drive.google.com/drive/folders/17zorCi5BRLXZfCdWA_Sr0MZSMT0yza84)





ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA OU DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA A OBRA

DECLARAÇÃO DE VISITA

A (**a empresa licitante**), por seu(s) Responsável técnico infra-assinado(s), **DECLARA** que recebeu da SINFRA toda documentação relativa à **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: N.º. \_\_\_\_/\_\_\_\_**, composta do Edital e seus elementos constitutivos, e que visitou o local onde se realizará a execução dos serviços objeto desta licitação, tendo tomado conhecimento de todas as condições e eventuais dificuldades para a boa execução dos serviços, como mão-de-obra, materiais de construção, equipamentos, localização, condições do terreno e acessos, trânsito, condições geológicas, morfológicas, edafológicas e climatológicas.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Responsável Técnico

OU

DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA

A (**a empresa licitante**), por seu(s) Sócio (s) Diretor (es) ou equivalente, **DECLARA** que recebeu da SINFRA toda documentação relativa à **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: N.º. \_\_\_\_/\_\_\_\_**, composta do Edital e seus elementos constitutivos, e que, por liberalidade própria, **NÃO VISITOU O LOCAL DA OBRA**, mas, mesmo assim tem conhecimento de todas as condições e eventuais dificuldades para a boa execução dos serviços, como mão-de-obra, materiais de construção, equipamentos, localização, condições do terreno e acessos, trânsito, condições geológicas, morfológicas, edafológicas e climatológicas, assumindo assim todos os riscos dele advindo e que, na hipótese de vencedora, não poderá utilizar esta como justificativa para possíveis pedidos de aditivos contratuais.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal

(Identificação e Assinatura dos seu(s) Sócio (s) Diretor (es) ou equivalente da Empresa)



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA**

REF.: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. XXX/2026 – CSL/SINFRA**

Autorizo a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_ a incluir meu nome na PROPOSTA referente à **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026 – CSL / SINFRA**, cujo objeto é \_\_\_\_\_ a ser realizada pela **Secretaria de Estado de Infraestrutura - SINFRA**, bem como me comprometo a participar da equipe permanente, caso esta venha a ser contratada.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA**

**ANEXO IV**

**RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

Item	Descrição (Especificações)	Quantidade



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA**

**ANEXO V**

**MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA**

Pela presente Carta de Fiança, o Banco \_\_\_\_\_ com sede na Rua \_\_\_\_\_ da cidade \_\_\_\_\_, do Estado \_\_\_\_\_ CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, por si diretamente e seus sucessores, se obriga perante à SEAP, com sede em São Luís, MA, CNPJ/MF Nº 13.127.340/0001-20, em caráter irrevogável e irretroatável como fiador solidário e principal pagador, com expressa renúncia aos benefícios estatuídos nos artigos 1.491 e 1500 do Código Civil Brasileiro, da firma \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, da importância de R\$ \_\_\_\_\_, destinada à Garantia de Contrato para a Concorrência Eletrônica Nº xxx/20xx – CSL/SINFRA, que tem por objeto \_\_\_\_\_.

Este Banco se obriga, obedecido o limite acima especificado, a atender dentro de 24 horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela SEAP sem qualquer reclamação, retenção ou ainda embargo ou interposição de recurso administrativo ou judicial.

Esta Fiança vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data de abertura da licitação), de acordo com as disposições do Edital da Concorrência Eletrônica Nº xxx/20xx - CSL. Nenhuma objeção ou oposição da nossa Afiançada será admitida ou invocada por este Banco para o fim de escusar do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este Instrumento perante a SEAP.

Obriga-se este Banco, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese da SEAP se ver compelida a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente Fiança. Declara, ainda, este Banco fiador, que a presente fiança está dentro de seus limites operacionais, devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente Fiança. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

A presente Fiança foi emitida em 01 (uma) única via.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA**

**ANEXO VI**

**RESUMO DA CARTA PROPOSTA**

Ref.: Proposta de Preços **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA**

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos, e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital.

1. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

SEDE:

C.N.P.J:

2. PROPOSTA DE PREÇOS:

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

MÊS BASE: \_\_\_\_/\_\_\_\_

3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

4. PRAZO PROPOSTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Atenciosamente,

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA**

**ANEXO VII**

**COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS DOS SERVIÇOS**

Edital	Lote	Obra	Data	Folha			
____ de ____							
Nome da Empresa							
Item	Descrição do Serviço					Unidade	
Tipo	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	%
Material							
Mão-de-Obra							
Equipamento							
Sub-Total							
Encargos Sociais							
Bonificação (BDI)							
Preço Unitário Total							
Observações							
Nome do Informante				Data	A Cargo da Secretaria		
				____/____/____			

OBS: A empresa poderá usar modelo próprio.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA**  
**ANEXO VIII**  
**RELAÇÃO DOS CONTRATOS EM EXECUÇÃO E A INICIAR DA EMRESA**

RELAÇÃO DOS CONTRATOS DA EMPRESA EM EXECUÇÃO E A INICIAR									
IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS (1)	OBJETO OU NATUREZA DOS SERVIÇOS	CONTRATANTE (Nome e Endereço)	PARTICIPAÇÃO (2)	PERÍODO DE EXECUÇÃO		VALOR		% AINDA A EXECUTAR (3)	VALOR A RECEBER
				INÍCIO MÊS/ANO	FIM MÊS/ANO	R\$	DATA BASE MÊS/ANO		

(1) Por ordem cronológica das datas de início

(2) Individual (I), Consórcio (C), Subcontrato (S). Em caso de consórcio ou subcontratação, indicar a percentagem de participação no faturamento

(3) Na data da licitação



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA**

**ANEXO IX**

Quadro 01 – Relação dos Serviços Executados por Profissional(is) detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica por Execução de Serviço(s) compatíveis com o objeto da licitação.

<b>QUADRO 01</b>	<b>RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO PROPONENTE COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO</b>						
Nº DE ORDEM	PÁGINA	ATESTADO/CERTIDÃO Nº	CAT Nº	EMPRESA CONTRATADA	EMPRESA CONTRATANTE PRINCIPAL	SERVIÇO EXECUTADO A COMPROVAR (1)	QUANTIDADE
Data:	Nome da Empresa Licitante:				Identificação, Qualificação e Assinatura do Representante Legal		
(1) Juntar cópias dos atestados e/ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços, e, quando couber, acompanhados pelo registro no Conselho Regional competente							



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA**  
**ANEXO X**

Quadro 02 – Relação dos Serviços Executados pelo proponente compatível com o objeto da licitação

QUADRO 02		RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO(S) PROFISSIONAL(IS) DETENTOR(ES) DE ATESTADO(S) DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EXECUÇÃO DE SERVIÇO(S) COMPATÍVEL(IS) COM O OBJETO DA LICITAÇÃO			
Profissional Indicado:		Função proposta:			
Nº DE ORDEM	PÁGINA	ATESTADO/CERTIDÃO Nº	CAT Nº	FUNÇÃO DESEMPENHADA	SERVIÇO EXECUTADO A COMPROVAR (1)
Data:	Nome da Empresa Licitante:		Identificação, Qualificação e Assinatura do Representante Legal:		
(1) Juntar cópias dos atestados e/ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços, e, quando couber, acompanhados pelo registro no Conselho Regional competente					



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA**

**ANEXO XI**

**PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS**

**\*A planilha de Encargos Sociais deverá ser apresentada em modelo próprio seguindo o que determina o Caderno de Encargos Sociais disponibilizado.**



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA

ANEXO XII

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Dias Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 08	Total Atividade
	Valor em R\$				<b>Total A R\$</b>
Atividade A					<b>Total B R\$</b>
Atividade B		Valor em R\$	Valor em R\$		
<b>Total</b>	<b>Total Mês 01 R\$</b>	<b>Total Mês 02 R\$</b>	<b>Total Mês 03 R\$</b>	<b>Total Mês 08 R\$</b>	<b>Total R\$</b>
% Parcial					
% Acumulado				100	



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA**

**ANEXO XIII**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026 – SEAP/MA.**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE**  
**ENGENHARIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O**  
**ESTADO DO MARANHÃO, POR INTERMÉDIO DA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PENITENCIÁRIA, E A EMPRESA**  
\_\_\_\_\_.

O **ESTADO DO MARANHÃO**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP/MA**, CNPJ nº 13.127.340/0001-20, situada na Rua Gabriela Mistral, 476, Vila Palmeira São Luís/MA, CEP 65.045-070, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Secretário, o Sr. **MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA**, nomeado em 01 de janeiro de 2015, publicado no DOE em 02 de janeiro de 2015, e a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por seu representante legal, \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA**, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº \_\_\_\_/2026-SEAP**, com base na Lei Federal nº 14.133 de 2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022 e as demais normas regulamentares pertinentes à espécie, e ainda, às condições impostas pelo edital licitatório, tendo em vista o que consta nos autos do **Processo SEI n.º 2025.560101.34763** submetendo-se às cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA 1ª. DO OBJETO**





ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

O presente Contrato tem por objeto a **contratação de empresa de engenharia especializada para construção da cidade de políticas penais do maranhão**, conforme condições dispostas no edital, Projeto Básico (e anexos) e na proposta vencedora.

**CLÁUSULA 2ª. DO VALOR GLOBAL**

O valor global do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_, sendo referente ao LOTE \_\_\_\_\_ adjudicado à contratada.

**CLÁUSULA 3ª. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros para cobertura do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 56.000 – **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.**

Unidade Orçamentária: **56101 – SEAP**

FUNÇÃO: 14 - **DIREITOS DA CIDADANIA**

SUBFUNÇÃO: 421 - **CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL**

PROGRAMA: 0554 **Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social**

AÇÃO: 3316 – **Implantação, Aparelhamento e Modernização do Sistema Prisional - FUNPEN**

GRUPO FINANCEIRO: **004 - INVESTIMENTO**

NATUREZA: 44.90.51.02 - **Edificações Públicas**

SUBAÇÃO: 026008 - **REFORMA - ESPAÇO PÚBLICO EXECUÇÃO PENAL**

TA 2016 - Fonte: 2.7.03.112000 - Superávit de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - **FUNPEN - R\$ 235.675,53**

TA 2021 - Fonte: 2.7.12.113000 - Superávit de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - **FUNPEN - R\$ 6.467,92**

TA 2021 - Fonte: 2.7.03.112000 - Superávit de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - **FUNPEN - R\$ 21.932,82**

TA 2023 - Fonte: 2.7.12.113000 - Superávit de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - **FUNPEN - R\$ 3.600.000,00**

TA 2025 - Fonte: 1.7.12.113000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - **FUNPEN - R\$ 6.299.750,21 - AGUARDANDO NOTA TÉCNICA AUTORIZADA PELO SENNAPEEN**

**CLÁUSULA 4ª. DA VINCULAÇÃO**

**Integram o presente Contrato, independente de transcrição:**

I – Edital da Concorrência Eletrônica nº \_\_\_\_/2026;

II– Projeto básico de engenharia e documentos que o compõem;

**III- Melhor proposta de preços ofertada pela contratada e documentos anexos a ela;**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA 5ª. DA VIGÊNCIA**

O contrato administrativo a ser firmado por esta Secretaria entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em **10 (dez) meses** contados a partir da sua assinatura.

**§1º.** Por ocasião da contratação, deverá ser apresentado pela CONTRATADA o cronograma físico-financeiro detalhado de execução, demonstrando o planejamento da empresa para o cumprimento dos prazos estabelecidos. Poderão ser considerados como justificativas de atraso e, consequentemente, para fins de eventuais prorrogações do prazo de execução, os seguintes motivos:

- a) Reduções de ritmo da obra ou paralisações impostas e/ou solicitadas pela CONTRATANTE, no interesse da Administração;
- b) Fatos imprevistos, alheios à vontade da CONTRATADA;
- c) Dias ou fração de dias efetivamente improdutivos, registrados no diário de obras e endossados pela fiscalização;
- d) Para a solicitação de prorrogação de prazos contratuais deve-se cumprir os seguintes requisitos;
- e) Apresentar justificativa plausível e por escrito;
- f) Autorização da autoridade competente para celebração do contrato;
- g) Manutenção das demais cláusulas do contrato;
- h) Necessidade de manutenção de equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**§2º.** A prorrogação somente pode ocorrer nos casos expressamente previstos em lei (art. 105 a 114, da Lei 14.133/21).

**CLÁUSULA 6ª. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO**

**§1º** O prazo para execução das obras será de **08 (oito) meses**, contados a partir da data do recebimento da ordem de serviço.

**§2º** Por ocasião da contratação, deverá ser apresentado pela CONTRATADA o **cronograma físico-financeiro detalhado de execução**, demonstrando o planejamento da empresa para o cumprimento dos prazos estabelecidos. Poderão ser considerados como justificativas de atraso e, consequentemente, para fins de eventuais prorrogações do prazo de execução, os seguintes motivos:

- a)** Reduções de ritmo da obra ou paralisações impostas e/ou solicitadas pela CONTRATANTE, no interesse da Administração;
- b)** Fatos imprevistos, alheios à vontade da CONTRATADA;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- c) Dias ou fração de dias efetivamente improdutivos, registrados no diário de obras e endossados pela fiscalização.

**§3º** Para a solicitação de prorrogação de prazos contratuais deve-se cumprir os seguintes requisitos:

- a) Apresentar justificativa plausível e por escrito;
- b) Autorização da autoridade competente para celebração do contrato;
- c) Manutenção das demais cláusulas do contrato;
- d) Necessidade de manutenção de equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- e) A prorrogação somente pode ocorrer nos casos expressamente previstos em lei (art. 105 a 114, da Lei 14.133/21).

**§4º** Sem prejuízo das obrigações legais, a contratada deverá respeitar o que segue abaixo:

- a) A execução dos serviços deverá obedecer às normas técnicas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, leis e resoluções em vigência (devidamente citadas neste documento referenciadas aos itens que se aplicam) e demais normas pertinentes, no que diz respeito a todos os serviços que compõem os projetos, a planilha orçamentária e memorial descritivo com especificações da obra;
- b) A empresa contratada, em relação a Segurança e Saúde no trabalho, deve obedecer às Normas Regulamentadoras (NR), que estabelecem regras para a condução dos trabalhos dos funcionários da melhor forma, garantindo a integridade dos mesmos, criando ambientes mais seguro de atuação;
- c) Sobre a Gestão Ambiental do empreendimento, a contratada está subordinada a apresentar o Plano de Gerenciamento dos Estudos Ambientais da obra que se pretende executar, seguindo todas as recomendações contidas nas Legislações Ambientais Vigentes;
- d) Os Serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações anexas, cabendo à CONTRATADA a total responsabilidade pela perfeita execução e funcionamento deles, sem qualquer ônus adicional à Contratante;
- e) Fazem parte da **contratação integral** desta obra e/ou serviço todos os elementos quantificados na planilha orçamentária e no caderno de especificações técnicas, em anexo;
- f) A CONTRATADA deverá verificar todos os quantitativos no local, antes do início dos serviços, de modo que qualquer divergência encontrada deverá ser comunicada à CONTRATANTE, sob pena de não poder questioná-las posteriormente;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- g) Será admitida equivalência de materiais propostos nas especificações técnicas, desde que para isso haja solicitação prévia e acatamento da Fiscalização;
- h) A Execução dos serviços deverá ser realizada conforme diretrizes definidas no caderno de especificações;
- i) Durante a execução dos serviços, a Contratada, sempre que possível, deverá não impedir a livre circulação dos pedestres e visitantes dos logradouros. Quando a interdição for necessária será obrigatória a sinalização preventiva de segurança (tela, cones, tapumes, cavaletes), a fim de minimizar os transtornos aos usuários e evitar ocorrência de acidentes;
- j) Os empregados do licitante vencedor deverão trabalhar devidamente uniformizados e providos de equipamentos de proteção individual, nos termos da legislação vigente. Ressalta-se que deverá haver um cadastro prévio de todos os funcionários que prestarão os serviços, a ser realizado junto ao setor de engenharia;
- k) Os veículos disponibilizados pela Contratada para a execução dos serviços deverão conter a identificação de que estão prestando serviços à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP/MA), nos termos da legislação vigente;
- l) A empresa contratada deverá colocar e manter placas indicativas, de acordo com os modelos adotados pela SEAP/MA, que deverão ser afixadas em local apropriado, enquanto durar a execução da obra/serviço;
- m) Caso ocorram acidentes nos locais de execução dos serviços, envolvendo veículos e máquinas do licitante vencedor com veículos de terceiros, toda e qualquer responsabilidade, civil ou criminal, deverá ser assumida pela empresa contratada;
- n) A empresa contratada deverá apresentar Programa de Controle Médico de Saúde Operacional;
- o) O prazo de validade da obra conforme art. 618 do Código Civil, cabe a CONTRATADA responder durante o prazo irredutível de **05 (cinco) anos**, a contar da data de recebimento da obra, garantindo a solidez e segurança do trabalho;

**CLÁUSULA 7ª. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**§1º** A lei 14.133/21 ainda sugere no art. 99.º, para contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, a exigência “a prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada prevista no art. 102 desta lei (14.133/21), em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato”.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**§2º** A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias** corridos prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, antes da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária. Caberá à empresa CONTRATADA optar por uma modalidade de garantia, conforme previsto no §1º do art. 96 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021 e observando-se as disposições contidas no Edital.

**§3º** O prazo de validade da obra conforme art. 618 do Código Civil, cabe a CONTRATADA responder durante o prazo irredutível de **05 (cinco) anos**, a contar da data de recebimento da obra, garantindo a solidez e segurança do trabalho.

**CLÁUSULA 8ª. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**As obrigações delineadas nesta cláusula serão cumpridas, sem prejuízo de outras estabelecidas no projeto básico, edital (e anexos), neste contrato ou em legislações pertinentes à execução contratual.**

**§1º. Caberá à CONTRATANTE:**

- a) Nomear 01 (um) Fiscal ou Equipe de Fiscalização para executar o acompanhamento e a fiscalização do contrato a ser firmado;
- b) Receber os serviços no prazo e verificando sua conformidade com as especificações do projeto Básico de engenharia e anexos;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da **CONTRATADA**;
- d) Fornecer toda documentação técnica (projetos, especificações e outros), necessária para a execução dos serviços;
- e) Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta Contratação, solicitando à Contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços, recusando ou suspendendo aqueles que não estejam em conformidade com as normas e especificações exigidas neste Projeto Básico, edital e Contrato a ser firmado com a licitante vencedora;
- f) Decidir sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- g) A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por **1 (um) ou mais fiscais do contrato**, representantes do **CONTRATANTE** especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/21;
- h) Efetuar a medição mediante comprovação da execução dos serviços correspondentes;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- i) Notificar a Contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- j) Rejeitar qualquer serviço executado com erro ou em desacordo com as especificações e demais condições estabelecidas neste contrato e nos documentos a este vinculados;
- k) Apurar a responsabilidade da Contratada por descumprimento contratual, podendo aplicar as penalidades administrativas previstas **na lei, no Edital e neste Contrato**, observando o devido processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa;
- l) Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas pela **CONTRATADA todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação**, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- m) Inspeccionar, observando a quantidade e qualidade, todos os materiais utilizados pela **CONTRATADA** para a execução da obra/serviço.
- n) Apresentar, sempre que solicitado pela **CONTRATADA**, detalhes e/ou especificações adicionais que porventura se fizerem necessários;
- o) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme o disposto no § 5º do art. 115 da Lei nº 14.133/21;
- p) Caso haja alteração do cronograma da obra/serviço por **mais de 01 (um) mês**, o **CONTRATANTE** divulgará no site eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra, o aviso público de obra paralisada, o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução (conforme o disposto no § 5º do art. 115 da Lei nº 14.133/21
- q) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**;
- r) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**§2º. Caberá à CONTRATADA:**

- a) Iniciar a execução dos serviços/obras no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Contratada.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFR**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- b) Acatar as intervenções da Fiscalização da Contratante, através de seus servidores/técnicos ou por terceiros, por esta constituído bem como comparecer, sempre que convocada, às reuniões solicitadas pela Contratante, assumindo ônus por sua ausência.
- c) Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente a SEAP ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.
- d) Cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, e diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e fardamento bem como zelar pela disciplina de seus colaboradores no desenvolvimento dos serviços
- e) Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
- f) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- g) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- h) Apresentar cronograma de execução dos serviços;
- i) Arcar com os eventuais prejuízos perante a CONTRATANTE e/ou terceiros, causados por seus empregados na execução da obra em tela;
- j) **A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade**, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
- k) **Permitir o livre acesso** dos servidores dos órgãos ou entidade públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, **a seus documentos e registros contábeis**.
- l) Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas na obra, até a conclusão dos trabalhos, assim como retirar e dar destino a todo





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

o entulho originado da execução dos serviços conforme projeto de gerenciamento de resíduos da construção elaborado pela contratada, conforme determina a legislação vigente.

m) Providenciar e Fornecer em caráter definitivo todas as Licenças e outorgas para a CONTRATANTE dos itens objetos desse contrato inclusive para operação do mesmo conforme Lei Estadual nº 8.149/2004 e Decreto Vigente nº 34.847/2019, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais e demais Leis e Decretos referentes ao objeto contratado;

n) Providenciar a Colocação de Placa Indicativa da Obra, com o(s) nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), bem como demais informações da execução da obra, fixadas em local visível.

o) A **CONTRATADA** será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, dentro do prazo de garantia.

p) Submeter à aprovação da Unidade de Engenharia, antes do início dos trabalhos, a relação nominal indicado junto com a habilitação técnica de seu corpo técnico envolvido com a execução da obra/serviços e informar à área de segurança do CONTRATANTE os nomes e funções dos empregados da CONTRATADA que estarão atuando na execução das obras/serviços em questão, **em até 10 (dez) dias** após o início dos serviços, providenciando sua identificação adequada mediante crachá.

q) Respeitar as normas e os procedimentos de controle de acesso às dependências da Contratante;

r) Responsabilizar-se pela exatidão dos serviços, inclusive em eventuais trabalhos subcontratados, obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados pelo **CONTRATANTE**, todos os erros, vícios e falhas comprovadas, mesmo após a execução dos serviços;

s) **Providenciar o registro da ART ou RRT de execução da obra/serviço junto ao CREA ou CAU, bem como regularização da obra junto a outros órgãos competentes** (Prefeitura Municipal, INSS, etc.), e entregar ao **CONTRATANTE**, no **prazo de até 10 (dez) dias** contados do recebimento da Ordem de Serviço;

t) Após o recebimento provisório da obra e até o seu recebimento definitivo, a **CONTRATADA** deverá se responsabilizar por sanar todas as imperfeições detectadas pela fiscalização.

u) Responder, sempre que solicitado ou exigido pelo órgão ambiental local ou pela Fiscalização, devendo prestar informações completas sobre a caracterização dos resíduos produzidos na realização dos trabalhos, transporte e disposição final;

v) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (**art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021**) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

w) **Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;**

x) **Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;**

y) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (**art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021**);

z) Nos casos em que se entender necessário, a administração poderá solicitar a comprovação da reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (**art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021**);

aa) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. **124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021**.

bb) **Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;**

cc) **A autoria e os direitos patrimoniais referentes aos projetos desenvolvidos pela execução da obra pela empresa Contratada serão cedidos à Contratante**, para que possam ser livremente utilizados e alterados em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do seu autor.

**§3º A CONTRATADA contratará pessoas detentas e/ou egressas do sistema prisional**, devendo obedecer à proporção de **5% (cinco por cento) das vagas**, quando a contratação for igual ou superior a **20 (vinte)** trabalhadores, ou **01 (uma) vaga**, quando a contratação for **entre 5 (cinco) e 19 (dezenove)** trabalhadores, conforme previsto na **Lei Estadual nº 10.182/2014 e Decreto Estadual nº 37.806/2022**, situação que será formalizada por diretrizes internas da SEAP/MA e estará limitada à existência de mão-de-obra especializada no banco de dados desta Secretaria.

**CLÁUSULA 9ª. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFR**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

Em atenção ao disposto no **art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021** a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por **fiscal, gestor, ou comissão de gestores e/ou fiscais do contrato** ou pelos respectivos substitutos, observando-se as disposições do **Decreto Estadual nº 38.134/2023**.

**§1º** Conforme disciplinado no art. **16 do Decreto Estadual nº 38.134/2023 o gestor do contrato** é o gerente funcional com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, cabendo especialmente:

- a) Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- b) **Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;**
- c) Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- d) Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- e) Acompanhar o desenvolvimento da execução dos serviços através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- f) Quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
- g) **Decidir provisoriamente a suspensão da realização dos serviços;**
- h) Efetuar a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada, quando couber;
- i) Elaborar relatório de avaliação dos contratos administrativos, durante sua execução;
- j) Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal de Compras Governamentais do Estado do Maranhão;
- k) Sugerir à autoridade competente a renovação, a prorrogação ou a alteração dos contratos, ou sugerir a realização de novo procedimento licitatório ou de contratação direta de acordo com as necessidades da administração;
- l) Tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
- m) Decidir os requerimentos e reclamações relacionadas à execução dos contratos;
- n) Outras atividades compatíveis com a função.

**§2º** Nos termos do artigo **18 do Decreto Estadual nº 38.134/2023 o fiscal do contrato** é servidor designado para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, devendo anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas e defeitos observados, cabendo auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- a) Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências que surgirem na execução do objeto contratado, além de prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- b) Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- c) Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização dos serviços;
- d) Conferir e certificar as faturas relativas aos serviços;
- e) Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- f) Determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- g) Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- h) Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;
- i) **Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;**
- j) Realizar na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- k) **Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;**
- l) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;
- m) Conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- n) Comunicar o gestor do contrato sobre o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova contratação ou prorrogação;
- o) Outras atividades compatíveis com a função.

**§3º** A fiscalização técnica e administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. **120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFR**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**§4º** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**CLÁUSULA 10ª. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**§1º** O pagamento será efetuado, através de **MEDIÇÕES INTEGRAIS** por etapa de obra e evento descrito na **PLANILHA SINTETICA**, ou seja, um item só poderá ser medido após sua execução total e integral de cada etapa, por exemplo, o item “fundação” só poderá ser medido após concluído em determinado etapa já discriminada. Esta medição deverá ser elaborada e assinada pelo Engenheiro responsável da empresa, devidamente atestado pela Fiscalização e aprovado pelo CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA:

- a) Apresente a CONTRATANTE à nota fiscal devidamente preenchida;
- b) Indique o banco, agência e conta bancária da empresa;
- c) Apresente o “**Termo de Recebimento Definitivo**” no caso do pagamento da última parcela de desembolso (cujo valor não deverá ser inferior a **10% do valor** do contrato)

**§2º** Após o ateste efetuado na nota fiscal e prévia verificação da regularidade fiscal federal, estadual, municipal e trabalhista, o pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, em **até 30 (trinta) dias corridos**, através de ordem bancária na conta indicada na proposta, devendo para isto, conter o nome do BANCO, AGÊNCIA E NÚMERO DA CONTA CORRENTE em que deverá ser efetivado o crédito.

**§3º** O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento, devendo demonstrar tal situação em todos os seus pedidos de pagamentos por meio da seguinte documentação:

- a) Certidão Negativa de débito, dívida ativa da União e Previdenciária;
- b) Certidão Regularidade do FGTS - CRF;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT;
- d) Certidão Negativa da CAEMA, caso a empresa seja do Estado do Maranhão;
- e) Outros que sejam necessários para atestar a regularidade fiscal e trabalhista.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**§4º.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**§5º.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento, conforme banco, agência e conta corrente detalhados na proposta de preços da contratada.

**§6º.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive, em suas exceções.

**§7º.** Os processos de pagamentos poderão seguir rito disciplinado em instrução normativa própria desta SEAP/MA.

**§8º** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de **6% a.a. (seis por cento ao ano)**, capitalizados diariamente em regime de juros simples, sendo o valor dos encargos calculado pela seguinte fórmula:

**$EM = I \times N \times VP$** , onde:

**EM** = encargos moratórios devidos;

**N** = números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**I** = índice de compensação financeira = 0,00016438; e

**VP** = valor da prestação em atraso

**§9º. O pagamento será efetuado diretamente a empresa contratada, sendo vedada a negociação de documentos de cobrança de terceiros após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes.**

**CLÁUSULA 11ª. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**§1º** No que diz respeito à fase contratual, sem prejuízo de qualquer outro descumprimento de regra estabelecida no Edital ou neste contrato, **a empresa Contratada** poderá responder pelas seguintes condutas:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013**;

**§2º O cometimento de qualquer uma das infrações descritas acima sujeitará a empresa contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:**

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021**);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021**);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021**).

**d) Multa:**

- d1) Multa compensatória** de até **10% (dez por cento)** sobre o valor total do item/lote contratado;
- d2) Multa moratória** de até **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) ou 30 (trinta) dias, momento em que poderá ser caracterizado, respectivamente, a inexecução parcial ou total do contrato, e ainda, motivada a rescisão do termo contratual;

**§3º** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (**art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021**)

**§4º** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, ou seja, será referenciada somente ao valor restante do contrato.

**§5º** Ambos os casos de multa compensatória poderão ser aplicados cumulativamente à multa moratória.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**§6º** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (**art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021**).

**§7º** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do **art. 163 da Lei nº 14.133/21**

**§8º** Na aplicação das sanções serão considerados (**art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021**):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

**§9º** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (**art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021**).

**§10º** A apuração de responsabilidade realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na **Lei Federal nº 14.133/2021**, e ainda, subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784/1999, na Lei Estadual nº 10.217/2015, sem prejuízo do disciplinado na Instrução Normativa nº 03/2018-SEAP.

**§11º** Excepcionalmente, se, durante o processo de apuração de responsabilidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada **pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, estas deverão ser comunicadas à autoridade superior deste Órgão, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou **Processo Administrativo de Responsabilização – PAR**.

**§12º** Igualmente, caso haja indícios de danos ao erário, estas deverão ser comunicadas à autoridade superior deste Órgão, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual tomada de providências preliminares ou instauração de tomada de contas especial – TCE, nos termos do Art. 3º e 5º da Instrução Normativa nº 50/2017-TCE/MA.

**§13º** O processamento do PAR ou da TCE são independentes e podem ocorrer simultaneamente.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**§14º** A autoridade competente para proferir decisão de aplicação da sanção administrativa levará em consideração o disposto no **parágrafo 8º**, observando em todo caso o princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

**§15º** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**§16º** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante poderão ser deduzidos dos valores a serem pagos, ou depositados em conta do Fundo Penitenciário Estadual (a ser informada, sendo o caso), ou solucionados por transação administrativa devidamente decididas pela autoridade competente, ou recolhidos em favor do Estado do Maranhão, **ou deduzidos da garantia prestada**, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Estadual e cobrados judicialmente, observando o disciplinado no **art. 156, §8º da Lei nº 14.133 de 2021.**

**§17º O Contratante** deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (**Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021.**)

**§18º** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**§19º** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (**art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021**)

**CLAUSULA 12ª. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**§1º** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no **artigo 137 da Lei nº 14.133/21**, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**§2º A extinção do contrato** poderá ser:

- I - Determinada por **ato unilateral** e escrito da **SEAP/MA**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - **consensual**, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por **decisão arbitral**, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**§3º** A extinção determinada por ato unilateral da **SEAP/MA** e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, além de análise prévia pela Assessoria Jurídica e pelo Controle Interno e reduzidas a termo no respectivo processo.

**§4º** Nos demais casos de extinção, observar-se-á o previsto nos artigos **138 e 139 da Lei nº 14.133/21**, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

**§5º** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do **desequilíbrio econômico-financeiro**, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (**art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021**).

**CLÁUSULA 13º DAS DEMAIS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**§1º** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos **arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021**.

**§2º** O Contratado é obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos ou supressões** que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no art. **125 da lei 14.133 de 2021**.

**§3º** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do **art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021**.

**§4º** **Em caso de aditivo para inclusão de novos itens, será exigida a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação**, observando-se a recomendação do Acórdão nº 2622/2013-TCU, salvo para garantia do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013.

**CLAÚSULA 14º - REAJUSTE**

**§1º.** Em regra, os preços inicialmente estipulados neste contrato são fixos e irreajustáveis no prazo de **01(um) ano**, contado da data limite para a apresentação do orçamento, não obstante, dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer **reajuste em sentido estrito** após o interregno do retromencionado prazo de **01 (um) ano**, aplicando-se o **Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, ou seja, apenas em relação ao saldo contratual, com base na seguinte fórmula:

$$P_n = \frac{I_n \times P_o}{I_o}$$

**I<sub>o</sub>**

Onde:

Página **67** de **71**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**Pn** = Preço do mês desejado  
**Po** = Preço relativo à proposta inicial  
**In** = índice do mês desejado para atualização  
**Io** = índice do mês da proposta inicial.

**§2º.** A inércia da contratada resulta na decadência do direito ao reajuste.

**§4º.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de **01 (um) ano** será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**§5º.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**§6º.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**§7º.** Qualquer outra forma de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, tais como, **repactuação e recomposição**, e ainda, quaisquer outras adequações que se fizerem necessárias, deverão ser objetivamente demonstradas pela Contratada por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos e documentação idônea correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem efetivamente a afetação da equação financeira inicial, que serão minuciosamente apreciados pela Assessoria Jurídica e pelo Controle Interno e decididas pela autoridade máxima deste órgão ou substituto legal, **observando o disciplinado na lei 14.133/2021**, devendo a administração se manifestar no prazo de até **1 (um) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento, prorrogável em igual prazo.

**§8º.** Em regra, as alterações contratuais serão precedidas de aditivo contratual, podendo, a depender de sua complexidade e de sua repercussão nos valores e prazos contratuais, serem efetivadas via apostilamento.

**CLAÚSULA 15ª. DA CESSÃO, SUBCONTRATAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA**

Em regra é vedada a subcontratação, cessão ou transferência total do objeto contratado, sendo a subcontratação parcial permitida, caso haja autorização expressa da SEAP/MA, **não englobe atividade fim ou parcela de maior relevância ou valor significativo da obra/serviço** e nos limites dos aspectos técnicos do projeto básico de engenharia.

**CLÁUSULA 16ª. TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**§1º** Caberá à **CONTRATADA** e ao **CONTRATANTE** proteger os direitos fundamentais liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**§2º** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts 7º e/ou 11 da Lei nº 13.709/2018 o qual se submete o objeto deste Edital, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, respeitadas as regras previstas pelos artigos 23 a 30 da Lei nº 13.709/2018.

**§3º** O tratamento seja limitado às atividades necessárias para atingir as finalidades de execução do objeto contratado.

**§4º** Os sistemas, que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, deverão seguir as políticas de segurança e acesso determinado pela Política de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade da SEAP/MA.

**§5º** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo **CONTRATANTE** e eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes, seja em formato digital ou físico, salvo quando a **CONTRATADA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal.

**§6º** O **CONTRATANTE** poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante todo o período em que eles forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas no edital.

**§7º** Dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação ao indivíduo, poderão ser mantidos por período indefinido.

**§8º** O Titular poderá solicitar ao **CONTRATANTE**, a qualquer momento, que sejam eliminados os seus dados pessoais não anonimizados, desde que não autorizada a conservação para finalidades previstas em lei.

**§9º** O Titular tem direito a obter do **CONTRATANTE** a relação dos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição, conforme Art. 18, Capítulo III, LGPD.

**§10º** O **CONTRATANTE** responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**§11º** Em conformidade ao Art. 48, da Lei nº 13.709/2018, o Controlador comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

**CLÁUSULA 17ª. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

Fica estabelecido que, os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na **Lei nº 14.133 de 2021**, sem prejuízo da aplicação das demais normas legais e princípios gerais aplicáveis às contratações públicas.

**CLÁUSULA 18ª. DA PUBLICAÇÃO**

Caberá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021

**CLÁUSULA 19ª. DO FORO**

Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de São Luís, capital do Estado do Maranhão.  
E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma.

**São Luís/MA, ..... de ..... de 2026.**

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA – SINFRA**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**

Fls. nº \_\_\_\_\_

Proc.: 2025.560101.34763

Rub. \_\_\_\_\_

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 031/2026 – CSL/SINFRA**

**ANEXO XIV**

**COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO**

**MÃO DE OBRA**

**\* UTILIZAR MODELO PRÓPRIO.**